

Mulheres e Sindicatos: Presença feminina no Sindtêxtil-Bahia nos anos 50¹

*Cecilia M. B. Sardenberg
Helyom Rogério Reis
Francismeire Ferreira
Tatiana Bonfim*

Em 1920, durante o 2º Congresso Operário do Rio Grande do Sul, a operária Alzira, rompendo com as convenções sociais então vigentes para o sexo feminino, subiu ao palco ali armado e dirigiu-se a uma platéia eminentemente masculina, assim se expressando:

“...não devemos nos admirar (...) do aparente desinteresse de nossas companheiras que nem ao menos têm tempo necessário para pensar na sua péssima situação e organizarem-se, unirem-se, para conquistar melhorias de vida. Por isto, urge que os companheiros que estão organizados prestem especial atenção a estas irmãs abatidas e exploradas, tratando de levantá-las, animá-las e traze-las à organização, cumprindo assim um dever de solidariedade para com as companheiras!”²

Em 1928, criou-se o Comitê de Mulheres Trabalhadoras, uma das primeiras associações dessa natureza no país. Parte integrante do Bloco Operário e Camponês, organização político-partidária operária ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCB), voltava-se para a divulgação das suas idéias nas portas das fábricas, convocando as mulheres trabalhadoras a participar da organização e na luta política.³

Duas décadas mais tarde, já existiam várias outras organizações de mulheres trabalhadoras no país, muitas delas fazendo-se presentes na Primeira Assembléia Nacional de Mulheres, realizada em novembro de 1952, no Rio de Janeiro. Ali reunidas, as mulheres discutiram a situação das trabalhadoras, aprovando, entre outras resoluções, o respeito ao dispositivo legal de salário igual para trabalho igual, o direito a creches e a aposentadoria aos 25 anos de trabalho.⁴

Em 1956, 231 delegadas de todo o país participariam da Primeira Conferência Nacional das Mulheres Trabalhadoras. E ali, longe de pedir a tutela dos companheiros do sexo oposto, como fizera a operária Alzira décadas antes, as mulheres discutiram, ao invés, a “participação efetiva das trabalhadoras na vida e nas atividades de suas organizações de classe”.⁵

Com efeito, a década de 50, para além de revelar-se como um período de grande efervescência dos movimentos operários, marca também a emergência de várias organizações de mulheres trabalhadoras no Brasil. Mais que isso, ela figura como um momento importante na história do sindicalismo no país, marcado pela entrada das mulheres no cenário da vida sindical. Excluídas ou mesmo excluindo-se, até então,

desse espaço, as trabalhadoras começariam, por fim, a marcar presença na política operária.

Contudo – é importante ressaltar - seria uma presença ainda bastante tímida. As mulheres passaram a se filiar aos sindicatos em maior escala, participando das assembleias e apoiando as ações da categoria, mas, salvo raras exceções, permaneceram fora das instâncias de poder. Até mesmo nas categorias em que a mão-de-obra feminina era predominante – como é o caso dos trabalhadores nas indústrias têxteis – a direção sindical manteve-se nas mãos dos homens. Na verdade, só em décadas recentes --e, mais importante, só depois da longa luta por parte das mulheres trabalhadoras que resultou na implementação das políticas de quotas nos cargos de direção sindical – vem a participação feminina nessas instâncias de poder se tornando, finalmente, mais expressiva.⁶

Por isso mesmo, reconstruir os caminhos percorridos pelas mulheres na vida sindical coloca-se hoje como um dos principais desafios postos para os estudos feministas no Brasil. Contudo, para enfrentá-lo, é preciso repensarmos a história do sindicalismo brasileiro a partir de um enfoque de gênero, que possa dar conta tanto da participação quanto da exclusão das mulheres nas entidades das classes trabalhadoras.

Há de se reconhecer, contudo, que tal tarefa está destinada a esbarrar em inúmeras dificuldades. A começar pela reconhecida escassez de fontes documentais referentes aos sindicatos no passado, resultante das muitas investidas da repressão policial contra as organizações sindicais e a subsequente apreensão e/ou destruição de registros - não apenas de valia para a visualização da presença feminina na vida sindical, mas também para a própria reconstrução da história do sindicalismo brasileiro como um todo.

Problema maior, contudo, advém do viés androcêntrico instalado no cerne das ciências sociais e humanas, sobretudo no que tange aos estudos sobre o operariado nacional. De fato, pensado, tradicionalmente, não apenas como uma coletividade homogênea, mas quase que tão somente sob a perspectiva do elemento masculino - como se todos os operários fossem homens, brancos, adultos e expostos de igual forma aos determinantes estruturais⁷ - esse operariado, na historiografia existente, não mostra um lado feminino. Pelo menos, até pouco tempo, as mulheres (assim como outras minorias sociais) foram pouco vislumbradas na história social do trabalho no Brasil, pouco sabendo-se de sua participação nas lutas operárias e na vida sindical. Isso tem contribuído para reforçar o mito da passividade feminina e da ausência de uma consciência operária entre as mulheres, justificando-se, assim, sua exclusão das instâncias de poder.

Por certo, não se há de negar que grande parte da invisibilidade feminina nos estudos sobre as organizações sindicais deve-se ao próprio caráter patriarcal dessas instituições. Daí porque os estudos de inspiração feminista sobre a história do sindicalismo, para além de preencher as muitas lacunas existentes no que se refere às mulheres, devem voltar-se também para a análise da complexa relação estabelecida entre gênero e classe nesses contextos. Trata-se, porém, de uma tarefa ainda vista com certa ambigüidade pelas feministas, como bem salienta Ruth Milkman:

“As feministas têm sido bastante ambivalentes quanto à relação entre mulheres e sindicatos. De um lado, há evidência abundante do mau tratamento dado às mulheres pelas organizações trabalhistas. Muitos sindicatos têm uma história de exclusão das mulheres, proibindo sua filiação; quase todos, virtualmente, tendem a excluí-las das posições de poder. E os sindicatos muitas vezes atuaram no sentido de reforçar, ao invés

de questionar, as desigualdades sexuais no mercado de trabalho. De outro lado, é indiscutível [o fato de que] mulheres sindicalizadas estão em situação melhor do que suas irmãs não sindicalizadas. O sindicalismo parece ter um potencial tremendo, ainda não realizado, como um instrumento de melhoria da situação das mulheres trabalhadoras.”⁸

Reconhecendo esse “potencial” referido por Milkman, pretendemos, neste trabalho, retratar alguns passos da trajetória das mulheres no sindicalismo baiano a partir de um enfoque de gênero. Mais precisamente, voltamos aqui para o registro e análise da presença feminina no Sindtêxtil-Bahia nos anos 50, período que, tal qual aludimos anteriormente, merece atenção especial. Nesta empreitada, baseamos-nos em alguns depoimentos de antigos operários e sindicalistas, bem como em documentos antes tidos como perdidos ou destruídos, mas encontrados, fortuitamente, nos arquivos do sindicato em questão. Tratam-se de fichas de filiação do operariado por fábricas, relatórios anuais, registros de atas de assembléias e de reuniões de diretoria no período em apreço, que nos permitem traçar um perfil do contingente feminino e vislumbrar sua presença nas atividades sindicais.

Como se verá adiante, essa questão assume maior importância quando se considera o fato de que, nesse período, as mulheres ainda representavam não apenas a grande maioria dos operários das fábricas têxteis baianas em operação, como também a maioria dos trabalhadores então filiados ao Sindtêxtil. Importa, pois, perguntar: de que forma e em que medida marcavam sua presença nas esferas de decisão e nas lutas da categoria?

GÊNERO E CLASSE

Neste trabalho, ao tomarmos como objeto de investigação e análise a presença e atuação femininas na vida sindical, partimos de uma concepção de classe distinta da tradicionalmente empregada pela sociologia e historiografia brasileira no tratamento do operariado nacional, incluindo-se aí os estudos sobre o sindicalismo. Nessas abordagens, conforme bem salientou Elizabeth Souza-Lobo, não se considerou o sexo dos atores sociais; ao contrário, tinha-se um conceito “simplista” de classe, “construído exclusivamente a partir do lugar na produção, como se fosse possível separar relações sociais e relações de produção”.⁹

Não é que “sexo” fosse uma categoria totalmente desconsiderada nessas análises. O problema é que era tomado apenas como uma “variável”, as mulheres aparecendo somente “como categoria de mão-de-obra ou de força de trabalho: muito raramente como ator social”.¹⁰

Coube, pois, à crítica feminista destacar a relevância do entrecortar das determinações de gênero nas de classe, mostrando que tal entrecortar produz divisões e hierarquias entre os sexos no seu interior. Mais importante, as feministas têm ressaltado que, por sua vez, essas clivagens dão margem a desigualdades, bem como a vivências e experiências de classe distintas e, portanto, à percepção de necessidades e interesses diferentes, senão conflitantes, entre homens e mulheres membros de uma mesma classe ou categoria profissional.¹¹

Na postura aqui adotada, seguimos as considerações de Joan Scott, tomando gênero como um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças entre os sexos, tal qual percebidas historicamente em uma determinada sociedade ou

época.¹² Tratam-se, portanto, de diferenças socialmente construídas sobre o “masculino” e o “feminino” que se expressam, dentre outras maneiras, também na divisão sexual do trabalho e do poder, seja no âmbito doméstico quanto no mundo da produção.

De fato, as construções de gênero estão implícitas no modelo patriarcal de família, ainda dominante em nossa sociedade. Nele, cabe ao homem/marido/pai a posição de chefia do grupo doméstico-familiar. Nessa qualidade, ele é o responsável pelo sustento da família e pela defesa dos seus interesses na esfera pública, o que outorga-lhe a autoridade maior sobre os demais membros do grupo. Já à mulher, na qualidade de esposa e mãe, cabe o papel de “nutriz”; ela torna-se responsável pelas atividades domésticas relativas ao bem-estar familiar e educação dos filhos. Seu domínio é o espaço doméstico, mas mesmo nele, sua autoridade é subordinada à do chefe.

Não custa enfatizar que esse modelo se sustenta mesmo quando a mulher é incorporada à produção: ela jamais é dispensada de suas responsabilidades domésticas. Advém daí o fenômeno da “dupla jornada” de trabalho, impondo limitações de tempo na participação da mulher trabalhadora, principalmente a esposa e mãe, em atividades sindicais. Isso torna-se ainda mais problemático quando se considera que o próprio papel do sexo feminino na reprodução da espécie, aliado às ideologias de gênero, tem criado necessidades práticas específicas para a mulher trabalhadora – tais como licença maternidade, licença para aleitamento materno, creches para os filhos pequenos, por exemplo – e, portanto, interesses específicos de gênero, nem sempre levados em consideração pelas entidades de defesa das classes trabalhadoras.¹³

Por outro lado, embora saiba-se que o capitalismo, enquanto modo de produção, não tenha criado o modelo de família em questão, tampouco possa ser caracterizado como “sexista”, é certo que, historicamente, o capital tem bem se servido das construções e divisões de gênero nele implícitas, explorando o trabalho da mulher de uma dupla maneira:

“De um lado, baseando-se na noção de que a mulher é a parte dependente do casal, o capital tem se beneficiado da exploração direta do trabalho feminino na produção, pagando-lhe salários inferiores ao trabalho masculino, o que contribui para a desvalorização da força de trabalho como um todo. De outro lado, o capital se serve da exploração indireta do trabalho feminino, beneficiando-se das atividades desempenhadas ‘de graça’ pela mulher no âmbito doméstico para os membros da família. Pode assim pagar salários menores ao trabalhador, já que o trabalho da mulher/mãe/esposa atende (pelo menos em parte) às necessidades de reposição física do trabalhador e, em última instância, à reprodução da mercadoria ‘força de trabalho’”.¹⁴

Vale aqui observar que, assim articuladas, as relações de gênero e de classe tem produzido não apenas ganhos econômicos, mas também políticos para o capital, na medida em que tal articulação pode gerar conflitos de interesse entre homens e mulheres no interior das classes trabalhadoras. Como se verá adiante, isso tem se refletido na história do sindicalismo brasileiro, desde os seus primeiros momentos.

MULHERES E SINDICATOS

Sabe-se que, nas suas origens, as organizações das classes trabalhadoras, no Brasil ou mesmo alhures, não tiveram necessariamente uma conotação política, no sentido de levar adiante as lutas de uma dada categoria. Longe disso. Surgindo, inicialmente, nos moldes das irmandades religiosas então existentes, essas primeiras organizações eram agremiações de artífices ou artesãos com um cunho essencialmente assistencialista e, em algumas instâncias, também educativo.¹⁵

A criação de ligas e uniões de trabalhadores, “embriões dos sindicatos”, ocorreu somente com a Proclamação da República e, mais precisamente, na primeira década do século XX, período em que a indústria nacional – a têxtil, em particular – teve seu primeiro grande impulso, crescendo então com ela o nosso operariado fabril. Contudo, já em fins do século XIX, o movimento operário se faz presente: em setembro de 1895, por exemplo, cinco fábricas têxteis em Salvador, pertencentes à Companhia União Fabril da Bahia, são paralisadas por três dias por operários em greve protestando contra o sistema de pagamento por peça então em voga.¹⁶ Durante toda a Primeira República, aliás, várias greves eclodiram nos principais centros manufatureiros do país, com destaque para os movimentos grevistas que marcaram os anos da Primeira Guerra Mundial e o período subsequente mais imediato.¹⁷

As novas entidades que surgem nesse período são produto do próprio acirramento dos conflitos de classe, ganhando assim um novo caráter – um caráter mais combativo – distinto das entidades anteriormente existentes. Contribui nesse sentido, particularmente nos estados do sul e sudeste, a presença marcante de imigrantes europeus, que difundem idéias anarquistas e socialistas em seu meio.¹⁸

Curiosamente, porém, apesar do operariado fabril ser então eminentemente feminino, sobretudo na indústria têxtil, as primeiras ligas e uniões mantiveram o caráter segregacionista das irmandades, não permitindo a entrada de mulheres em seu seio.¹⁹ Isso se deu à revelia da combatividade feminina nos movimentos operários da época; não foram poucas as greves iniciadas por mulheres – a exemplo da primeira grande greve dos trabalhadores têxteis do Rio de Janeiro, ocorrida em 1903.²⁰

Todavia, ainda que à frente na eclosão desses movimentos, as mulheres não participavam das negociações. Essa era uma prerrogativa masculina. Ademais, a combatividade feminina tendia a ser “desorganizada”, expressando-se essencialmente em manifestações espontâneas – isto é, não “originadas por um prática política organizada ou planejada”.²¹ Dessa maneira, “o mundo sindical no Brasil no início do Século Vinte, como o mundo da política das elites, permaneceu esmagadoramente masculino”.²²

Sem dúvida, a constituição do “mundo da política” como da alçada masculina, contribuía para a segregação existente. Ademais, a cultura sindical, tanto nos seus aspectos práticos quanto ideológicos, caracterizava-se como uma cultura essencialmente masculina. O seu cotidiano, com reuniões e assembléias noturnas, modelava-se (e ainda se modela) no cotidiano dos homens: não se adequava à “dupla jornada” da mulher operária, responsável pelo desempenho de atividades domésticas. Junte-se a isso o peso das convenções sociais acerca dos espaços que as mulheres podiam ou não freqüentar e das atividades extradomésticas permitidas ao sexo feminino.²³

No entanto, nas primeiras décadas da industrialização, a exclusão das mulheres não se baseou apenas na tradição ou costume. Outros fatores impunham-se então como propulsores do antagonismo entre os sexos. Decerto, destaca-se, dentre eles, a

reconhecida preferência pelo trabalho feminino (e o infantil) nas fábricas, em detrimento da mão-de-obra masculina. Essa preferência apoiava-se nas representações de gênero, implícitas no modelo tradicional de família, que permitiam o pagamento de salários inferiores às mulheres e, portanto, maiores lucros para o empresariado:

“Retratadas como mais dóceis, mais frágeis, menos produtivas e, ainda por cima, dependentes dos homens na qualidade de esposas e filhas, as mulheres foram recrutadas pela indústria nascente em grande número, porque podia-se pagar a elas salários inferiores – afinal, argumentava-se, sua renda era apenas ‘complementar’”.²⁴

Em muitas instâncias, a desvalorização do trabalho feminino implicava na substituição de tecelões por mulheres, fato este que, em 1917, mereceu uma assembléia especial da União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio de Janeiro. Um dos participantes, baseando-se no mesmo modelo de família do qual valiam-se os empresários para recrutar as mulheres, fez o seguinte pronunciamento em defesa do trabalho masculino:

“nós não vamos ensinar (o trabalho) a essas mulheres que amanhã nos virão a substituir, mas devemos fazer-lhes compreender que o seu lugar é em casa, a tratar e educar seus filhos...; oxalá que elas saibam compreender seu papel de educadoras daqueles que amanhã serão nossos substitutos na luta do pão e da conquista do bem estar da humanidade, pois, assim, demonstrarão à sociedade serem as verdadeiras rainhas do lar; o papel de uma mãe não consiste em abandonar seus filhos em casa e ir para a fábrica trabalhar, pois tal abandono origina muitas vezes conseqüências lamentáveis, quando melhor seria que somente o homem procurasse produzir de forma a prover as necessidades do lar.”²⁵

June Hahner assinala que até mesmo as lideranças anarquistas, de outra feita compreensivas em relação a situação de exploração das mulheres e defensoras da igualdade salarial entre os sexos, mostravam-se ambivalentes quanto ao crescente emprego do trabalho feminino nas fábricas. Como se depreende do depoimento de uma dessas lideranças na Imprensa Operária, registrado pela referida autora:

“As mulheres são as pessoas mais exploradas na nossa profissão, mas embora eu sinta ter que declarar, atualmente, elas são os nossos maiores inimigos, contribuindo em muito para o nosso desespero.”²⁶

De um modo geral, para as lideranças sindicais – ou mesmo para o conjunto dos trabalhadores - o emprego das mulheres nas fábricas era algo degradante para o sexo feminino e uma humilhação para os maridos, constituindo-se como uma ameaça aos empregos e salários masculinos.²⁷ Isso explica porque os sindicatos da época hesitavam em abraçar a bandeira de salários iguais para homens e mulheres. Se, por um lado, tal bandeira tinha por base uma necessidade iminente, no sentido de preservar o emprego masculino²⁸, por outro, representava uma ameaça à hierarquia entre os sexos. Por certo, para as lideranças sindicais, era mais fácil assumir uma postura paternalista, apoiando legislação protecionista, como a proibição ao trabalho noturno para a mulher. Embora supostamente favorecendo a mulher, tal proibição criou obstáculos para o trabalho feminino.²⁹

Fato é que, ainda em 1931, operários da indústria têxtil paulista enviaram correspondência a Getúlio Vargas, queixando-se da grande quantidade de mulheres em seu ramo. Segundo eles, essa era a causa do desemprego masculino. O governo federal

respondeu-lhes afirmando a sua intenção de “proteger” as mulheres, dada a sua fragilidade e pelo fato de que eram elas (as mulheres) que nutriam os trabalhadores do Brasil.³⁰

Politicamente, o Estado Novo buscou reforçar os papéis tradicionais para homens e mulheres, retomando a concepção burguesa de família segundo a qual a maternidade era a finalidade e a função essencial da mulher, devendo esta ficar restrita ao âmbito doméstico. Essa concepção recebeu o apoio de intelectuais, políticos e, sobretudo, trabalhadores. Havia uma certa noção de que o avanço do capitalismo tornara-se prejudicial à perpetuação da família brasileira. Ao que parece, os trabalhadores têxteis eram particularmente sensíveis ao problema da divisão do espaço público da produção fabril com as mulheres. Conforme aponta Wolfe:

“O Estado Novo prometeu reconduzir os homens ao seu papel de provedor e as mulheres para os seus lares, onde elas poderiam criar seus filhos e tomar conta de seus companheiros. Vargas e seus partidários apresentavam a participação nos sindicatos e o trabalho assalariado como atividades claramente masculinas, não apenas pelos propagandistas do regime como também pelos sindicatos do governo. No início dos anos 30, a União dos Trabalhadores Têxteis pedia garantias aos industriais e à Vargas, no sentido de preferir-se homens em relação às mulheres nas contratações de pessoal. No final dos anos 30 a União dos Trabalhadores Têxteis criou um Departamento Feminino a fim de ensinar às mulheres como cozinhar e cuidar de crianças; a agremiação não intencionava encorajar a participação feminina em seus negócios”.³¹

Não causa assim surpresa saber que, durante o Estado Novo, a participação das mulheres no meio sindical não era a regra, tampouco era comum a colaboração entre homens e mulheres no espaço do sindicato. Daí porque as notícias que se tem do sindicalismo têxtil na Bahia nesse período merecem atenção especial.

NOTÍCIAS DO SINDICALISMO TÊXTEL NA BAHIA NOS ANOS 30

Em novembro de 1930, tão logo assumiu o governo, Getúlio Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, baixando medidas que, ao tempo em que reconheciam as entidades das classes trabalhadoras, mantiveram-nas subservientes aos princípios trabalhistas do Estado. Em dezembro de 1930, foi promulgada a Lei de Nacionalização do Trabalho, estipulando que cada sindicato deveria ter no mínimo 30 associados, todos maiores de 18 anos. Essa lei estabelecia, também, que dentre os associados, pelos menos dois terços deveriam ser brasileiros, estando os estrangeiros proibidos de exercer qualquer cargo de direção. Ademais, ficava proibida a propaganda política ou ideológica nos sindicatos, sendo as transgressões punidas com o seu fechamento por determinação do ministério.

Com a promulgação da Lei de Sindicalização, em março de 1931, a filiação a sindicatos tornou-se facultativa. De acordo com essa lei, as funções dos sindicatos deveriam se resumir apenas à elaboração do contrato de trabalho, manutenção de cooperativa para auxílio dos associados e outros serviços de teor assistencial. Para poderem atuar, os sindicatos ficavam obrigados a obter reconhecimento ministerial, devendo apresentar, para tal fim, atas de reuniões, listas de associados e estatutos. A partir de 1934, com a promulgação do decreto no.24.694 (12/07/1934), tornou-se

também obrigatória a apresentação, por parte da diretoria dos sindicatos, de um relatório anual para aprovação perante os órgãos ministeriais.

Assim é que, nos arquivos do Sindtêxtil-Bahia, encontramos o relatório do *Syndicato dos Operarios Tecelões da Cidade dos (sic) Salvador*, dispendo sobre

“os factos sociaes ocorridos no periodo de 1^o de janeiro a 31 de dezembro de 1937, bem como a relação dos socio que deixaram o Syndicato e daquelles que nelle ingressaram durante o referido periodo, com as especificações de idade, estado civil, naturalidade, residencias, profissão, local de trabalho e numero da Carteira profissional, lista de todos os Membros da Directoria para o exercício de 1938 e, finalmente, o balancete da receita e despeza com o visto e parecer do Conselho Fiscal.”³²

Dentre os “factos sociaes” ali relatados, chama atenção a atuação do Sindicato em uma greve decretada em março de 1937 pelos operários da Fábrica São Braz, localizada no Subúrbio de Plataforma, e de propriedade da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A.³³ Vale aqui transcrever na íntegra o que consta no relatório acerca do episódio:

“Durante o periodo administrativo findo, por autorisação da Assembléia Geral o Syndicato dirigiu um pedido amistoso de augmento de salario por meio de officio a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia S/A em 3 de Março sendo tomado em consideração pelos Directores da referida Companhia, os quaes puzeram o mesmo em estudo, durante este, uma parte da Fabrica S. Braz da mesma Companhia declararam-se em greve, deante desta occorrenca a Directoria dirigiu-se para o local tomando conhecimento que os grevistas na sua maioria absoluta não eram syndicalizados, avisou aos seus associados que não tomassem parte na greve, pois o Syndicato não ampararia greves feitas por quem quer que seja, pois temos outros caminhos dentro da lei, o que tinha a fazer em beneficio de seus associados, já havia feito; no dia immediato a Companhia mandou chamar o Syndicato que se fez representar por uma Comissão. Esta Comissão foi recebida pelos Directores da Companhia os quaes declararam que não teriam entendimento com os grevistas. Deste entendimento tivemos a resposta seguinte: Mandariam igualar a tarifa da Fiação que deu motivo a greve e dava um augmento geral para todos os operarios de suas fabricas de 5% continuando a acatar os dispositivos da lei. Em seguida pedia a Comissão do Syndicato para ir dizer aos grevistas o que tinha ficado accertado. A Comissão lá chegando e fazendo explicações do deliberado pelos Directores da referida Companhia os operarios insuflados por elementos extranhos a classe não quizeram voltar ao trabalho, em vista disso o Syndicato pela sua Comissão deu por finda sua missão fazendo a declaração formal que não se interviria na greve e que os grevistas arçasse com a responsabilidade da mesma e as consequencias que viessem occorrer. Treis dias depois (20 de Março) as autoridades por bôa vontade do Governo para com os operarios interviram aconselhando os mesmos a voltarem ao trabalho, sendo attendido esse pedido, voltaram ao trabalho.”³⁴

Note-se que a Comissão do Sindicato, referida no relato, não parece ter procurado ouvir os grevistas, nem se disposto a defendê-los. Ao contrário, tal qual outros sindicatos ditos “pelegos”, aliou-se à Companhia, “lavando as mãos” quanto ao que pudesse vir a ocorrer aos operários que, segundo afirma-se no relatório, “insuflados por elementos extranhos a classe não quizeram voltar ao trabalho”. Não causa, pois, espanto verificar que, segundo informa o relatório, foram bem “sensíveis” as alterações no quadro social no período em questão, tendo sido elevado o número de sócios que deram baixa e “diminuto o numero daquelles que nesse mesmo periodo ingressaram em seu seio”.

Carece destacar: analisando a lista dos 47 associados que abandonaram o sindicato, observa-se ser a esmagadora maioria deles – 44 -- composta por mulheres. De fato, tal qual revelam os dados dispostos na **Tabela 01**, elas representaram 94,0% dos sócios que, por um ou outro motivo, optaram por “dar baixa”. Pergunta-se: será que, como confessaram antigas operárias da Fábrica São Braz, essas associadas também acreditavam que “o sindicato era dos homens, não era das mulheres”?³⁵

TABELA 01
Associados que abandonaram o Sindicato em 1937
Por Sexo

	Abs.	%
Mulheres	44	94,0
Homens	03	6,0
Total	47	100,0

Fonte: “Relatório apresentado pela Directoria no período administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindtêxtil-Bahia. Tabulação dos Autores.

A bem da verdade, não existem informações referentes ao total de mulheres que permaneceram ou ingressaram no sindicato no período em apreço e, portanto, não se sabe qual a proporção do contingente feminino nas fileiras sindicais. Contudo, através de lista incluída no Relatório de 1937, tem-se conta de que, apesar das muitas baixas, as operárias ainda representaram 53,0% dos associados que fizeram sua Carteira Profissional naquele ano.

TABELA 02
Associados que fizeram Carteira Profissional em 1937
Por Sexo

	Abs.	%
Mulheres	26	53,0
Homens	23	47,0
Total	49	100,0

Fonte: “Relatório apresentado pela Directoria no período administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindtêxtil-Bahia. Tabulação dos Autores.

Indiscutivelmente, porém, o “facto social” que merece maior atenção no relatório citado é o inusitado da inclusão de uma mulher – a operária Maria Aquillina dos Reis – como 2ª Secretária na chapa vencedora das eleições de 28 de janeiro de 1938.³⁶ Seria este inusitado apenas uma estratégia das lideranças locais para garantir a presença feminina em suas fileiras? Seria ela apenas uma *token figure*? Ou, quem sabe, seria Maria Aquillina uma liderança *de fato* entre as operárias?

Infelizmente, tais questões não podem ser respondidas no momento. O relatório analisado não nos oferece qualquer outra informação sobre quem era Maria Aquillina – por exemplo, em que fábrica trabalhava, em que ocupação, qual a sua idade -- tampouco sobre sua atuação na política sindical. Cabe-lhe, assim, apenas o registro de ser a única mulher a figurar na diretoria do sindicato, em todo o período para o qual dispomos de documentação.

PERFIL DAS MULHERES E HOMENS NO SINDTÊXTIL-BAHIA NOS ANOS 50

É importante ressaltar que, apesar da densa problemática social dos movimentos das classes trabalhadoras nos anos 40 e 50, tem sido constante um silêncio da historiografia baiana sobre o antigo operariado e os movimentos sindicais do período. No seu estudo sobre os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos (portuários, marítimos, estivadores, carris urbanos, comerciários, indústria do açúcar) em Salvador, Petilda Vazquez aponta uma lacuna na Historiografia baiana referente às décadas de 30 e 40.³⁷ Essa autora, que em muito contribuiu para dar visibilidade a conjuntura política que vai de 1942 a 1947, afirma ainda a inexistência de arquivos sindicais sobre o período. Segundo Vazquez, esses documentos teriam sido devassados pela ditadura militar que instalou-se em 1964.³⁸

Contudo, ao contrário do que afirma Vazquez, realizando um levantamento documental, ainda extremamente parcial, em recente pesquisa no Sindtêxtil, pudemos constatar a existência de uma extensa documentação que inicia-se no final da década de 30 e prolonga-se até os dias atuais. Além de atas de reuniões, abaixo-assinados, fichas de filiação, há ofícios e correspondências ao Ministério do Trabalho, à Presidência da República, a outras instituições sindicais, além de documentos judiciais, livros caixa, receitas médicas, etc.³⁹

Para os objetivos deste trabalho, utilizamos, basicamente, as atas de reuniões das décadas de 40 e 50, bem como as fichas de filiação encontradas. Estas datam do ano de 1951, momento em que, por certo movida por uma “Campanha de Sindicalização” oferecendo prêmios para os sindicatos que mais se destacassem, a diretoria do Sindtêxtil concentrou esforços no alargamento das suas bases.⁴⁰ Aparentemente, esses esforços foram compensados, vez que encontramos um total de 716 fichas correspondentes a novos filiados em três fábricas, quais sejam: Fábrica São Braz (354 fichas), Fábrica Conceição (233 fichas) e Fábrica São João (129 fichas).⁴¹ Trata-se, porém, apenas de uma amostra do operariado têxtil então filiado ao sindicato, amostra esta de porcentagem indeterminada, devido à ausência de informações referentes ao total de trabalhadores então sindicalizados.

Organizadas em fichários específicos por fábrica, as fichas incluem dados referentes ao sexo, nome, idade, endereço, estado civil, escolaridade, nome do local de trabalho, ocupação e ano de ingresso no serviço dos filiados, permitindo-nos caracterizar e comparar os contingentes feminino e masculino dos novos sindicalizados.

Segundo relatório publicado em 1949 pela CETex, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, existia na Bahia um total de 5.442 trabalhadores nas indústrias têxteis de algodão recenseadas.⁴² Dentre eles, as mulheres eram em número de 3.441, representando 63,2% da força de trabalho têxtil baiana. Do total de mulheres, 3.158, ou seja, o equivalente a 91,7% das trabalhadoras, figuravam como “operariado

efetivo”, envolvido diretamente nas linhas de produção. Quanto aos homens, essa proporção de operários “efetivos” caía para 73,9%. Era, porém, dentre a força de trabalho masculina que se verificava a maior proporção de trabalhadores menores de 18 anos – 5,7% - um índice apenas pouco superior ao verificado para as mulheres – 4,6%.

TABELA 03
Mulheres e Homens na Indústria Têxtil Baiana em 1949
N = 5.442

	Mulheres = 3.441 (63,2%)		Homens = 2.001 (36,8%)	
	Menores de 18 Anos	Maiores de 18 Anos	Menores de 18 Anos	Maiores de 18 Anos
Administração e Serv. Auxiliares	07	276	13	509
Operariado Efetivo	151	3.007	101	1.378
Total	158	3.283	114	1.887

Fonte: CETex, 1949; computação dos autores.

Computando os dados extraídos das 716 fichas de inscrição de associados encontradas nos arquivos do Sindtêxtil para o ano de 1951, observa-se que, nesse caso, a porcentagem de mulheres (68,6 %) não só é maior que a de homens (31,4%), mas também superior à correspondente ao contingente feminino (63,2%) na força de trabalho têxtil como um todo. Isso implica dizer que, ao contrário do que tem sido propagado, o índice de sindicalização feminino era ligeiramente superior ao masculino, pelo menos no que diz respeito aos trabalhadores da indústria têxtil baiana no período.

TABELA 04
Mulheres e Homens Filiados ao Sindtêxtil em 1951, por Fábrica
N = 716

Fábricas	Mulheres	Homens	Total por Fábrica	%
F. São João	64	65	129	18,0
F. Conceição	187	46	233	32,5
F. São Braz	240	114	354	49,5
Total p. Sexo	491	225	716	
%	68,6	31,4		100,0

Fonte: Fichas de Filiação, Arquivos do Sindtêxtil-Ba; computação dos autores.

Por certo, há de se considerar que, na época, a filiação sindical era praticamente o único meio de acesso da classe trabalhadora à assistência médica, amparo jurídico, auxílio para funerais e outros apoios de semelhante teor, o que certamente levava tanto homens quanto mulheres para as fileiras sindicais. Assim mesmo, é surpreendente a proporção encontrada de mulheres filiadas, sobretudo quando se tem em vista os muitos

depoimentos de antigas operárias da Fábrica São Braz, nos quais afirmam elas, não terem o menor interesse em relação ao sindicato.⁴³

Possivelmente, tal discrepância deva-se ao fato de que, no início dos anos 50, as mulheres entrevistadas, em sua maior parte, eram ainda jovens, com menos de 25 anos, ao passo que, na referida Fábrica, a maior proporção de mulheres filiadas correspondia à uma faixa etária superior - dos 26 aos 35 anos.

Note-se que na mesma faixa etária – 26 aos 35 anos – estava também a maior proporção de homens da Fábrica São Braz filiados ao sindicato, sendo esta ainda a faixa etária que respondia pelas maiores proporções do contingente operário masculino e feminino da Fábrica Conceição. Já na Fábrica São João, uma fábrica situada em Cachoeira, cidade interiorana do Recôncavo Baiano, era maior a proporção de filiados mais jovens, sobretudo dentre os homens, sendo, porém, surpreendente o contingente de mulheres menores de 18 anos dentre aquelas filiadas ao sindicato; 24,0%, isto é, quase um quarto delas.

Essa constatação desperta interesse na medida em que, numa perspectiva comparativa, mulheres jovens, particularmente menores de 18 anos, não figuram normalmente nas fileiras sindicais, tampouco em movimentos grevistas. Elas ainda permanecem sob o jugo paterno e, portanto, têm menos autonomia.⁴⁴

TABELA 05
Trabalhadores Filiados ao Sindtêxtil-BA
Sexo e Faixa Etária por Fábrica
1951

Faixa Etária	Fábrica São João				Fábrica Conceição				Fábrica São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
10 a 17	15	24,0	6	9,0	8	4,0	1	2,1	-	-	1	0,9
18 a 25	18	28,0	28	43,0	42	22,5	13	28,3	69	29,0	26	23,0
26 a 35	17	26,0	16	25,0	79	42,0	13	28,3	98	40,0	40	35,0
36 a 45	10	16,0	7	11,0	41	22,0	9	19,6	47	20,0	27	23,6
46 a 55	4	6,0	4	6,0	16	9,0	8	17,4	24	10,0	13	11,4
56 ou mais	-	-	4	6,0	1	0,5	2	4,3	2	1,0	7	6,1
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de filiação, Arquivos Sindtêxtil-BA; tabulação dos autores.

Em contrapartida, mulheres trabalhadoras nas faixas de 18 a 35 anos, que correspondem à fase mais fértil do seu ciclo de vida reprodutivo, vêm-se mais limitadas por força das responsabilidades domésticas, sobretudo o cuidar dos filhos menores. No

entanto, isso não parece ter impedido a simples filiação sindical das mulheres sob análise. É o que se depreende dos dados dispostos na **Tabela 05**, haja vista a maior concentração de mulheres filiadas, das três fábricas examinadas, justamente nas duas faixas etárias em questão (18 a 25 anos e 26 a 35 anos).

Mas, antes de se tecer qualquer comentário específico às mulheres quanto a tal constatação, vale observar o que ocorre em relação aos homens. Embora, no caso deles, haja uma distribuição mais equitativa por faixas etárias, é também nas duas faixas assinaladas para as mulheres, que se concentra a maior proporção dos filiados.

TABELA 06
Trabalhadores Filiados ao Sindtêxtil-BA - 1951
Sexo e Escolaridade por Fábrica

Escolaridade	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Nenhuma	6	9,4	10	15,4	41	21,9	9	19,6	57	23,8	25	21,9
Primária	58	90,6	55	84,6	144	77,0	37	80,4	175	72,9	86	75,4
N/respondeu	-	-	-	-	2	1,1	-	-	8	3,3	3	2,6
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Filiação, Arquivos do Sindtêxtil-BA,; tabulação dos autores

Passando para a análise dos resultados do cruzamento de informações referentes ao grau de escolaridade das trabalhadoras e trabalhadores sindicalizados, nota-se, mais uma vez, certas peculiaridades relativas à Fábrica São João. No particular, chama atenção verificar que, apesar da referida fábrica situar-se no interior, enquanto as outras fábricas operavam em Salvador, a capital do Estado, era na Fábrica São João que os operários filiados alcançavam índices mais altos de escolaridade. Mais importante ainda, nessa fábrica, as mulheres tinham um grau de escolaridade maior que seus companheiros do outro sexo: 90% das operárias indicavam ter instrução primária, enquanto essa proporção, dentre os homens, era equivalente a 84,6%.

Sem dúvida, em se tratando dos anos 50 - época em que os índices de analfabetismo ainda eram bastante elevados, principalmente entre as mulheres - essas peculiaridades demandam atenção. Ou, talvez, elas se expliquem por tratar-se de um grupo de trabalhadores bastante jovens, proporcionalmente mais jovens do que os sindicalizados das outras duas fábricas e, possivelmente, jovens o suficiente para já terem se beneficiado das novas tendências relativas à expansão do ensino primário que se verificaria a partir da década em questão.

Esse argumento ganha reforço quando se considera, em contraste, os homens e mulheres filiados da Fábrica São Braz. A essa fábrica correspondiam não apenas o contingente de sindicalizados com menor grau de instrução, mas também aquele

relativamente “mais velho” dentre as três fábricas para as quais se tem informação. Observe-se, aliás, que às mulheres da São Braz correspondiam os índices mais elevados dos trabalhadores filiados “sem instrução” (23,8%), o que se coaduna ao fato de que 31% das operárias ali empregadas tinham mais de 35 anos e, portanto, estavam situadas em faixas etárias em que o grau de escolaridade da população feminina no período ainda se mantinha consideravelmente baixo.⁴⁵

Dito isso, é preciso lembrar que, nos anos 50, a “instrução primária” era equivalente a, no máximo, quatro anos de escola. Alie-se a isso o fato de que, nas fichas de inscrição, registra-se apenas o grau de escolaridade, sem indicação se, por exemplo, os associados tinham “curso primário completo.” Provavelmente, não era esse o caso: pesquisa realizada entre antigos operários e operárias da Fábrica São Braz revelou que, em média, esses trabalhadores não freqüentavam a escola por mais de dois anos.⁴⁶ Ademais, as assinaturas apostas nas fichas de inscrição analisadas dão mostra de que escrever, ou mesmo assinar o próprio nome, era tarefa relativamente difícil para grande parte dos filiados, fossem eles homens ou mulheres. O que nos leva a acreditar que “grau de escolaridade” não se constituía como fator relevante de diferenciação entre o operariado têxtil sindicalizado e o contingente de trabalhadoras e trabalhadores não filiados ao sindicato.

TABELA 07
Trabalhadores Filiados ao Sindtêxtil-BA - 1951
Sexo e Estado Civil por Fábrica

Estado Civil	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Solteira/o	56	87,5	52	80,0	146	78,1	36	78,3	195	81,3	84	73,7
Casada/o	6	9,4	13	20,0	34	18,2	8	17,4	37	15,4	24	21,1
Viúva/o	2	3,1	-	-	6	3,2	2	4,3	7	2,9	3	2,6
Outros	-	-	-	-	1	0,5	-	-	1	0,4	1	0,9
S/ informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1,7
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Inscrição, Arquivos Sindtêxtil-BA; tabulação dos autores.

Provavelmente, a mesma observação se adequaria aos resultados do cruzamento dos dados referentes a “estado civil”. Analisando os dados dispostos na **Tabela 07** tem-se, à primeira vista, elevados índices, tanto entre homens quanto mulheres, de trabalhadores registrados como “solteiros”. Na Fábrica São João, por exemplo, 87,5% das mulheres e 80,0% dos homens assim se classificam, resultados esses que não surpreendem, vez que a força de trabalho nessa fábrica era relativamente “jovem” como

um todo. Contudo, quando se observa que na Fábrica São Braz, onde se concentrava o grupo de filiados, homens e mulheres, “mais velhos” tais índices também se mostram elevados, sobretudo para as mulheres (81,3 %), “idade” deixa de ser o fator determinante quando se considera “estado civil”.

Sabe-se, outrossim, que “estado civil” não traduz a real situação conjugal das camadas populares baianas, seja no presente como no passado. No estudo realizado entre o antigo operariado da Fábrica São Braz, por exemplo, observou-se que uniões consensuais eram bastante comuns, senão a regra entre o segmento estudado.⁴⁷ E há indícios de que semelhante situação caracteriza as práticas conjugais de operários de outras fábricas então em operação em Salvador.⁴⁸

Diante dessa constatação, torna-se praticamente impossível tomar “estado civil” como parâmetro de diferenciação/caracterização do operariado têxtil sindicalizado na Bahia. Em se tratando das mulheres, tal limitação na análise é algo a lamentar vez que, como se salientou anteriormente, articular o trabalho fabril com as responsabilidades domésticas e, ainda por cima, arranjar tempo para participar de atividades sindicais, foi, e ainda é, sempre mais difícil para as mulheres casadas e com filhos menores. Pena que, nas fichas de filiação ao sindicato, não conste o número de dependentes dos inscritos, o que nos poderia oferecer uma dimensão mais próxima da realidade conjugal e familiar das mulheres trabalhadoras em questão.

TABELA 08
Trabalhadores Filiados ao Sindtêxtil-BA - 1951
Sexo e Ocupação por Fábrica

Ocupação	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Operária/os	59	92,0	24	36,0	183	98,0	11	24,0	238	99,2	76	67,0
Chefia na Produção	-	-	1	2,0	-	-	1	2,0	-	-	2	2,0
Funções de Apoio	4	6,0	39	60,0	4	2,0	32	70,0	2	0,8	34	29,0
Funções. Administrat.	1	2,0	1	2,0	-	-	1	2,0	-	-	2	2,0
S/informação	-	-	-	-	-	-	1	2,0	-	-	-	-
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Inscrição, Arquivos do Sindtêxtil-BA; tabulação dos autores.

Se, nesse tocante, as informações das quais dispomos são limitadas, o mesmo não acontece em relação à ocupação dos filiados e, por conseguinte, à divisão sexual que se estabelecia no mundo do trabalho têxtil. De fato, através dos dados dispostos na **Tabela 08**, constata-se essa divisão e a hierarquia que se impunha entre homens e mulheres no interior das fábricas no período em questão. Note-se, por exemplo, que nas três fábricas aqui analisadas, só os homens assumiam funções de chefia. Por outro lado, a esmagadora maioria das mulheres era, de fato, de operárias, engajadas nas linhas de produção, sendo que, na Fábrica São Braz, elas correspondiam a 99,2% das trabalhadoras sindicalizadas.

Já entre os homens, verifica-se uma distribuição ocupacional mais ampla, destacando-se o fato de que, nas Fábricas São João e Conceição, o segmento masculino sindicalizado se concentrava em funções de apoio, com índices da ordem de 60,0% e 70,0%, respectivamente. A exceção ficava com a Fábrica São Braz, onde a maioria do homens sindicalizados (67,0%) constituía-se de operários das linhas de produção (tecelões e fiandeiros).

Vale ressaltar que esses resultados discordam do que foi verificado em relação ao cômputo de dados referentes às funções em que se viam engajados os homens empregados nessa fábrica; eles alí se concentravam mais em funções de apoio, não na linha de produção.⁴⁹ Como interpretar essa aparente discrepância? Devemos supor que na São Braz, a consciência sindical não se abatia com o mesmo peso dentre a força de trabalho masculina empregada em funções outras, fora das linhas de produção? Impossível responder, pelo menos no momento, até mesmo porque isso escapa dos limites deste trabalho.

De fato, parece-nos bem mais relevante, para nossos propósitos imediatos, atentar para os resultados do cruzamento de informações quanto a sexo e tempo no trabalho antes da filiação, apresentados na **Tabela 09**. Já à primeira vista, esses resultados dão conta de que a campanha de filiação lançada pela diretoria do sindicato em 1951, obteve sucesso. Isso fica aparente quando se observa os elevados índices de trabalhadores com mais de 5 anos de serviço que, naquele ano, se juntaram às fileiras de sindicalizados.

O mais importante a destacar é que, no caso das três fábricas, são sobretudo as mulheres com mais tempo de serviço que assim o fazem. No caso da Fábrica São Braz, por exemplo, essas “novas” filiadas com mais de 5 anos no serviço chegam a representar 77,1% do total de mulheres incluídas na amostra, sendo esse índice – 65,2% - igualmente elevado para a Fábrica Conceição.

A bem da verdade, não deixa de ser digna de nota a proporção do segmento masculino acima de 5 anos de trabalho na Fábrica São Braz – 64,0% - que se engajou no sindicato em 1951. Embora comparativamente menos elevado, também merece menção o segmento correspondente de homens da Fábrica Conceição – 36,9% -que assim procedeu. Veja-se, porém, que o mesmo não ocorreu no caso da Fábrica São João, possivelmente em virtude da “juventude” dos seus trabalhadores. Todavia, ressalte-se que isso não parece ter pesado no que tange às mulheres: ali também os maiores índices de novas filiações recaem sobre as mulheres com mais de 5 anos no serviço.

Por certo, não se pode atribuir esse novo interesse na filiação sindical por parte de operários mais antigos, sobretudo no tocante às mulheres, apenas ao empenho da direção na referida campanha. Deve-se considerar, como fator importante, também os possíveis reflexos, na consciência operária, da grande mobilização e agitação popular

que caracterizaram o período do pós-guerra, marcado que foi pelo pipocar de várias greves por todo o país, inclusive de operários têxteis e na Bahia.⁵⁰

No caso das mulheres, contudo, outros fatores merecem atenção. Por um lado, a resistência à participação feminina nos sindicatos ainda se fazia presente. Um artigo do jornal “Gazeta Sindical”, provavelmente de 1949, encontrado nos Arquivos do Sindtêxtil,⁵¹ levantava o problema dos salários da classe, que segundo o artigo seria composta por 20 milhões de trabalhadores em todo o mundo, mas receberia salários inferiores aos de outros trabalhadores, sob a alegação de não serem operários “qualificados”, entendendo por não qualificação a predominância de jovens e mulheres.

A complexidade do problema transparece ao nos darmos conta de que, por outro lado, em 1949, foi fundada, em Lion, na França, a União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis e dos Vestuários. Essa organização que contava, na época, com 5 milhões de trabalhadores em todo o mundo, tinha à frente, como presidente uma mulher, Teresa Nogue. Ao que parece, havia também uma presença feminina na liderança da organização no Rio de Janeiro. Pelo menos, é Yolanda Pincigher quem assina, como membro do Comitê Administrativo, em 1952, a proposta de estratégia de ação comum, recebida pelo Sindtêxtil na Bahia.⁵²

TABELA 09
Trabalhadores Filiados ao Sindtêxtil-BA - 1951
Sexo e Tempo no Trabalho Antes da Filiação por Fábrica

Tempo (em anos)	Fáb. São João				Fáb. Conceição				Fáb. São Braz			
	Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Menos de 1	15	23,4	24	36,0	12	6,4	11	23,9	14	5,8	6	5,3
De 1 a 2	8	12,5	1	2,0	25	13,4	9	19,6	7	2,9	5	4,4
Mais de 2 a 4	12	18,8	39	60,0	12	6,4	4	8,7	11	4,6	20	17,5
Mais de 4 a 5	2	3,1	1	2,0	16	8,6	5	10,9	20	8,3	9	7,9
Mais de 5	25	39,1	-	-	122	65,2	17	36,9	185	77,1	73	64,0
S/informação	2	3,1	-	-	-	-	-	-	3	1,3	1	0,9
TOTAL	64	100,0	65	100,0	187	100,0	46	100,0	240	100,0	114	100,0

Fonte: Fichas de Inscrição, 1951, Arquivos Sindtêxtil; Tabulação dos autores.

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS ASSEMBLÉIAS SINDICAIS

É preciso enfatizar que, embora relevantes, os dados referentes à crescente sindicalização feminina, por si mesmos, não nos permitem tecer maiores elocubrações sobre a atuação política das mulheres no sindicato, haja vista a necessidade da afiliação sindical para que o trabalhador, naquela época, tivesse direito ao amparo médico e jurídico.

Portanto, com o intuito de averiguar se e como a participação feminina se estendia para além da simples filiação, realizamos um primeiro levantamento das atas das assembleias realizadas no período de 1946 a 1956, computando o número de mulheres e homens que nelas se fizeram presentes, assinando as respectivas listas de presença.⁵³ Pudemos assim observar uma oscilação nas frequências tanto de homens como de mulheres, sendo que, nos anos 40, a presença feminina foi sempre inferior à masculina.

Um dado importante para a compreensão desse fenômeno era a estrutura estatal de administração dos sindicatos, que tornava as assembleias ordinárias reuniões burocráticas por excelência e, portanto, sem dúvida bastante cansativas. Não por acaso, essas assembleias raramente tinham mais de 50 participantes, contando com um nível bastante reduzido de mulheres dentre eles. Foi isso que ocorreu na assembleia ordinária da categoria realizada em 27 de abril de 1947: de um total de 46 participantes, só compareceram 6 mulheres, isto é, o equivalente a 13,3% dos presentes.⁵⁴

É possível que o esvaziamento das reuniões burocráticas no que toca à presença feminina, relacionava-se não só ao problema da dupla jornada de trabalho a que as mulheres estavam permanentemente submetidas, como também à noção, prevalente na época, de que os assuntos mais burocráticos, do cotidiano dos sindicatos, eram fundamentalmente da alçada masculina. Contudo, se o cotidiano da vida sindical não era do interesse das mulheres, nos momentos de conflitos, as mulheres estiveram presentes.

Com efeito, nas reuniões ou assembleias extraordinárias, ou que tratavam de temas ditos mais “políticos” referentes à categoria - tais como dissídios coletivos, eleição de representantes, etc. - notamos um aumento considerável na frequência de mulheres. Isso se verifica principalmente nas “grandes assembleias”, ou seja, naquelas com mais de 150 assinaturas nas listas de presença, e cuja ordem do dia era deliberar sobre questões como dissídio coletivo para aumento de salários - que, diga-se de passagem, eram consideravelmente “minguados” no período do pós-guerra. Assim, na assembleia extraordinária que teve lugar em 02 de fevereiro de 1947, o contingente feminino ali marcando presença correspondeu a 30,5% dos presentes.⁵⁵ Teria contribuído para tanto o fato dessa assembleia ter sido realizada em um feriado - Festa de Iemanjá - e, portanto, em dia no qual as mulheres tinham um pouco mais de tempo livre para se dedicarem às lutas da categoria?

Se isso explica esse fato, há de se ressaltar que, na década de 50, houve assembleias em dias “comuns” nas quais a presença feminina se equiparou ou mesmo superou a masculina - a exemplo da assembleia extraordinária realizada em 13 de agosto de 1956, onde as mulheres representaram 79,0% de um total de 243 participantes.

De fato, comparando as médias anuais dos percentuais de mulheres no total de presentes nas assembleias do período, observa-se que, na década de 50, manifesta-se um nítido crescimento da participação feminina nessas atividades sindicais. Por certo, há

oscilações de um ano para o outro, registrando-se, inclusive, uma queda para 20,4% em 1952. Contudo, a partir de 1955, essa participação relativa se eleva, novamente, alcançando a média de 45,3% em 1956, último ano dessa década para o qual se encontrou informações.

QUADRO I
Evolução das Médias Anuais da Presença Feminina em Assembléias
Sindtêxtil-Bahia
1946-1956

ANO	Média
1946	21,3
1947	25,6
1948	26,1
1949	21,0
1950	31,8
1951	24,0
1952	20,4
1953	28,4
1954	22,7
1955	35,6
1956	45,3

Fonte: Atas de Assembléias, 1946-1956 ; Arquivos do Sindtêxtil, Bahia; tabulação dos autores.

É possível que esse maior envolvimento das mulheres com a vida sindical nesse período, prenda-se à ameaça que recaía então sobre todos os trabalhadores da indústria têxtil baiana, frente à crise no setor que estava levando grande parte das fábricas a silenciarem suas máquinas.⁵⁶ Provavelmente, as mulheres, por constituírem a grande maioria desses trabalhadores, estavam ainda mais ameaçadas, buscando assim o apoio das suas entidades de classe na luta contra a ameaça das demissões em massa.

Contudo, não se há de esquecer que os anos 50 foram de grande mobilização popular, registrando-se nesse período greves por todo o país, a exemplo da greve dos “300 mil”, que mobilizou São Paulo por quase um mês em 1953, e na qual houve grande participação de mulheres, o mesmo se repetindo em 1955.⁵⁷

Por certo, uma análise mais aprofundada sobre a atuação das mulheres nesses movimentos na Bahia – infelizmente, ainda não visitados pela Historiografia Baiana - poderá talvez nos fornecer outros elementos que respondam pela a crescente presença, aqui registrada, das operárias têxteis na vida sindical no período sob exame. Nesse sentido, será fundamental desenvolver estudos que se voltem para o registro da história das organizações de mulheres trabalhadoras na Bahia dos anos 50.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exclusão das mulheres da vida sindical por grande parte da história dos sindicatos, tal qual aqui retratado para o setor têxtil, não se deu exclusivamente no Brasil. Ao contrário, trata-se de um fenômeno de proporções mundiais, figurando assim como objeto de investigação e análise de estudiosas feministas em diferentes países. Analisando a suposta “falta de organização” das mulheres trabalhadoras e sua limitada representação nos sindicatos americanos através da história, por exemplo, Meredith Tax argumenta que as mulheres

“não estavam organizadas porque tinham apenas começado a trabalhar; tinham muito trabalho para fazer em casa que não conseguiam nem andar; porque seus maridos, namorados e pais não as deixavam participar das reuniões; porque elas ganhavam tão pouco que não podiam incorrer em mais riscos; e porque ninguém procurava organizá-las. Quando alguém tentou fazê-lo, as mulheres mostraram que, não raro, apesar dessas barreiras, elas estavam prontas para isso.”⁵⁸

Alice Kessler-Harris, referindo-se também às trabalhadoras americanas, vai ainda além. Diz ela que padrões culturais, a hostilidade dos trabalhadores homens para com suas colegas mulheres e a indiferença -- ou mesmo antagonismo -- dos sindicatos criavam grandes empecilhos à participação feminina. No entanto, acrescenta a mesma autora, “apesar de certa relutância, as mulheres ainda podiam ser sindicalistas devotadas e bem sucedidas”, algumas chegando até a “exceder aos homens em militância”.⁵⁹

Por sua vez, ao discutir a ativa presença feminina, nas primeiras décadas do século XX, na *Women's Trade Union League* (WTUL) - uma organização paralela de trabalhadoras de Chicago - Colette A. Hyman sugere que o sucesso alcançado na mobilização das mulheres nesse instância deve ser atribuído à estratégia utilizada para tal fim. Segundo Hyman, ao contrário do que faziam os sindicatos,

“a WTUL levou em conta a totalidade da vida das mulheres, não apenas suas vidas como trabalhadoras. As estratégias desenvolvidas pela Liga encompassavam as atividades domésticas das mulheres, bem como os padrões culturais que limitavam severamente a sua participação nas atividades fora do lar.”⁶⁰

Acreditamos que estudos na ordem dos de Hyman, ou seja, que tratem não da exclusão mas da “participação” das mulheres em suas entidades de classe – das organizações de mulheres trabalhadoras, em especial - poderão nos fornecer maiores subsídios para uma análise mais aprofundada dos fatores que contribuem para o sindicalismo feminino, tanto no presente como no passado. Por isso mesmo, tais estudos serão certamente fundamentais para o desenvolvimento do projeto feminista para além dos muros da academia – isto é, para uma intervenção na sociedade, motor maior do avanço das reflexões dos estudos sobre mulheres, a partir de um enfoque feminista de gênero.

NOTAS

¹ Trabalho apresentado ao VI Simpósio Baiano de Pesquisadoras (es) sobre Mulher e Relações de Gênero, promovido pelo NEIM/UFBA em dezembro de 2000. A pesquisa na qual se baseia o trabalho foi realizada com o apoio do PIBIC/UFBA, na viabilização de bolsas de iniciação científica para Helyom Rogério Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim.

² Apud Valéria Penna, “A Mulher Trabalhadora”. IN: Nanci V. de Castro (org.), **A Condição Feminina**, São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1988, p.109-109.

³ Shuma Shumaker e Érico Vital Brazil (orgs.), **Dicionário Mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar Ed., 2000, p. 165-166.

⁴ Conselho Estadual da Condição Feminina, “O 8 de Março”. São Paulo: CECF, 1990.

⁵ Idem.

⁶ Ver, por exemplo: Angela Maria Carneiro Araujo; Verônica Clemente Ferreira, “Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva”. IN: Maria I. Baltar da Rocha (org.), **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDPLAR/UFMG/São Paulo: Ed. 34, 2000.

⁷ Note-se que até mesmo a crítica desenvolvida à suposta homogeneidade das classes, nem sempre tem considerado a mulher operária. Veja-se, por exemplo: Ma.Célia Paoli; Eder Sader; Vera Silva Telles, “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”. **Revista Brasileira de História**, ANPUH, no.6, 1984, p.129-149.

⁸ Ruth Milkman, “Introduction”. In: _____(ed.), **Women, Work & Protest**. London: Routledge & Kegan Paul, 1991, p.xi. A tradução deste e de outros trechos em inglês contidos neste trabalho, é de responsabilidade de Cecilia M. B. Sardenberg.

⁹ Elizabeth Souza-Lobo, **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.117.

¹⁰ Kergoat op.cit, p.80.

¹¹ Mary Garcia Castro, “A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero”, IN: IBAM/UNICEF, **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro, 1991; Heleieth Saffioti, “Rearticulando gênero e classe”, IN: Albertina Costa; Cristina Bruschini, **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

¹² Joan Scott, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2), jul./dez/, 1992.

¹³ Maxine Molyneux, “Mobilización sin emancipación? Los intereses de la mujer, estado y revolución em Nicaragua”. In: **Revista Desarrollo y Sociedad**. Bogotá, n.13, ene. 1984.

¹⁴ Cecilia M. B. Sardenberg, “Classe, gênero e raça: lidando com diferenças e combatendo desigualdades”. IN: 2001, p.

¹⁵ Segundo observou Moniz Bandeira: “no Brasil Colônia predominaram as *irmandades*. No Brasil Império surgiram os *montepios*, *sociedades de auxílio mútuo*, *beneficentes* e – coisa curiosa – não só por intermédio de associações religiosas, como até por meio de préstimos carnavalescos [...], os trabalhadores buscavam nuclear-se. Daí chegaram às *ligas* e às *uniões*, embriões dos sindicatos do futuro”. Moniz Bandeira, **O Ano Vermelho**. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1980, p.18-19.

¹⁶ José Raymundo Fontes, **Manifestações operárias na Bahia. O movimento grevista (1888-1930)**. Dissertação defendida no Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, 1982, p. 253.

¹⁷ Moniz Bandeira, op. cit.

¹⁸ Edgard Carone, **Movimento operário no Brasil (1877-1944)**. São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

¹⁹ June E. Hahner, **Poverty and politics: the urban poor in Brazil, 1870-1920**. Albuquerque, New Mexico: The University of New Mexico Press, 1986.

²⁰ Boris Fausto, **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: DIFEL, 1983, p.115.

²¹ Maria Valéria Junho Pena, **Mulheres e Trabalhadoras**. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.183.

²² Hahner, Op. Cit., p.232.

²³ Souza-Lobo, op.cit.

²⁴ Sardenberg, Cecilia M. B., “Classe, Gênero e Raça: lidando com diferenças e combatendo as desigualdades”. IN: Célia Watanabe; Ma. Dos Prazeres Valença Corrêa; Roseny de Almeida (orgs.),

Identidades Culturais. Recife: Escola de Formação Sindical da CUT no Nordeste: Editora Bargaço, 2000.

²⁵ Apud Fausto, Op. cit., p. 116.

²⁶ Hahner, op. Cit, p.233

²⁷ Margaret Rago, **Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.

²⁸ Fausto, op. Cit., p.115.

²⁹ Sardenberg, op. Cit., p. . Veja-se, também: Esmeralda Blanco B. de Moura, **Mulheres e menores no trabalho industrial:** os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes, 1982.

³⁰ Joel Wolfe, “Pai dos pobres ou mãe dos ricos? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH: Marco Zero, vol 14, no.17, 1994, p.36).

³¹ Wolfe: Ibid., p.37.

³² Sindicato dos Operarios Tecelões da Cidade do Salvador, “Relatorio apresentado pela Directoria no periodo administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindhêtil-Bahia.

³³ Sobre a Fábrica São Braz, veja-se: Cecilia M.B. Sardenberg, **In the backyard of the factory: gender, class, power and community in Bahia, Brazil.** Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services, 1997;

_____, “O Bloco do Bacalhau: protesto ritualizado de operárias na Bahia”, In: A. Alice Costa e Ívia Alves (orgs.), **Ritos, Mitos e Fatos: mulher e relações de gênero na Bahia.** Salvador: NEIM/UFBA, 1997.

³⁴ Sindicato dos Operarios Tecelões da Cidade do Salvador, “Relatorio apresentado pela Directoria no periodo administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindhêtil-Bahia.

³⁵ Cecilia M.B. Sardenberg, “O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias”. IN: E. Passos; I. Alves; M. Macedo (orgs.), **Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar.** Salvador: NEIM/UFBA, 1998a.

³⁶ Sindicato dos Operarios Tecelões da Cidade do Salvador, “Relatorio apresentado pela Directoria no periodo administrativo de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1937”; Arquivos Sindhêtil-Bahia.

³⁷ Vasquez, op. cit. Quanto a esse período, são ainda mais raros os estudos que abordam os movimentos sociais dos trabalhadores urbanos em uma perspectiva de gênero.

³⁸ Vasquez, op. cit, p. 10.

³⁹ Lamentavelmente, contudo, essa rica documentação ainda está bastante desorganizada e de difícil acesso e condição de tratamento – os arquivos estão guardados num porão, sofrendo a invasão do mofo e de toda a sorte de insetos e outros roedores. Mas, desde já, esses documentos apresentam-se como uma riqueza inestimável para a história e a memória dos mundo do trabalho em Salvador e na Bahia. No particular, acreditamos que o tratamento da documentação existente poderá permitir, não apenas a reconstrução da história do SINDTÊXTIL, mas também a investigação de problemas que hoje ocupam o centro dos debates nos espaços acadêmicos, tais como: a questão da relação Estado-sindicatos; a construção do sujeito coletivo dos trabalhadores, a exemplo dos conflitos inerentes à divisão sexual da produção e à generificação da memória e do campo político em que interagem homens e mulheres, etc.

⁴⁰ Arquivos do Sindhêtil-Ba; Caixa 1951 C, ofício da Comissão Técnica de Orientação Sindical datado de 20/03/1951, delineando as estratégias e prêmios da campanha.

⁴¹ Nota sobre a s fábricas

⁴² CETex, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. **A indústria têxtil do algodão e da lã.** Rio de Janeiro, 1949.

⁴³ Sardenberg, 1998, op. cit.

⁴⁴ Sobre essa questão, veja-se, por exemplo, **The gender of breadwinners** Louise Tilly

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, Fúlvia Rosenberg

⁴⁶ Cecilia M. B. Sardenberg, “Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano”. **Caderno CRH**, Salvador: EDUFBA, jul/dez 1998b.

⁴⁷ Sardenberg, 1998b, op. cit.

⁴⁸ Um estudo que vem sendo coordenado por Cecilia Sardenberg, com a participação de Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim com antigos operários da Fábrica Paraguassú, atual FAGIP, sugere ser este o caso, também para o operariado dessa fábrica. Contudo, caso diferente se dava em relação aos operários da Fábrica Empório Industrial do Norte, fundada por Luís Tarquínio, que estabeleceu a legalização das uniões como requisito ao acesso dos trabalhadores às casas da vila operária por ele constuída.

⁴⁹ Cecília M. B. Sardenberg, “Dois pesos, duas medidas: divisão sexual e racial do trabalho entre o antigo operariado baiano”. Trabalho apresentado ao III Encontro da REDEFEM, “Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares na Ciência e na Academia”, UFF, Niterói, 24-26 de setembro de 2001.

⁵⁰ Vasquez, op. cit. Ver, também,

⁵¹ Arquivos do Sindtêxtil-BA.

⁵² Arquivos do Sindtêxtil-BA.

⁵³ Tal cômputo se baseou na identificação do sexo dos assinantes através dos seus nomes, tomando como parâmetro, para tanto, o “gênero” desses nomes, ou seja, identificando aqueles mais comumente atribuídos a cada um dos sexos. Note-se, porém, que nem sempre foi possível fazer tal identificação, seja pela não legibilidade das assinaturas, ou pela “ambigüidade” sexual de determinados nomes. Nesses casos, tabulamos os resultados na categoria de “sexo não identificado”.

⁵⁴ Ata da Assembléia Ordinária de 21/04/1947; arquivos do Sindtêxtil-Bahia, tabulação dos autores..

⁵⁵ Ata da Assembléia Extraordinária de 02/02/1947; arquivos do Sindtêxtil, tabulação dos autores.

⁵⁶ Stein, op.cit.; Sardenberg, 1997, op.cit.

⁵⁷ Recortes de jornais não datados, constantes do arquivo da historiadora Ana Montenegro.

⁵⁸ Meredith Tax. **The Rising of the Women: feminist solidarity and class conflict, 1880-1917**. New York: International Publishers, 1980, p.32, tradução livre.

⁵⁹ Alice Kessler-Harris, **Out to Work**. New York: Oxford, 1981, p.160-161.

⁶⁰ Colette A. Hyman, “Labor organizing and female institution-building: the Chicago Women’s Trade Union League, 1904-24”. IN: Ruth Milkman (ed.), **Women, work & protest**. A century of U.S. Women’s Labor History. London: Routledge, 1991, p.23.